



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-contratacoes@tce.mt.gov.br](mailto:secex-contratacoes@tce.mt.gov.br)

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>: 22288-7/2011</b>
<b>REPRESENTADO</b>	<b>: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MT</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>: TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA – DILIGÊNCIA MPC</b>
<b>RELATOR</b>	<b>: CONSELHEIRO INTERINO ISAIAS LOPES DA CUNHA</b>
<b>EQUIPE</b>	<b>: IARA BEATRIS VERRUCK</b>

Senhor Secretário,

Trata-se de Relatório Técnico Complementar elaborado para atender a Diligência do Ministério Público de Contas nº 230/2020 (doc. nº 192728/2020), que após a análise do Relatório Técnico de Defesa (doc. nº 180275/2020) entendeu ser necessária a retificação do relatório quanto à distribuição de responsabilidades por eventual dano causado ao erário, ou seja, de forma individualizada a fim de evitar futuras nulidades.

O pedido decorre da ausência de citação dos demais responsáveis pelo órgão no período de vigência do contrato – 2009-2018, pois no Relatório Técnico de Defesa (doc. nº 180275/2020) foi imputada responsabilização solidária pelo dano ao Sr. Teodoro Moreira Lopes – Presidente do Detran/MT de 24/04/2007 a 26/12/2012 e a empresa FDL Ltda (atual EIG Mercados Ltda), sem que fosse individualizada a responsabilidade para os demais responsáveis pelo órgão.

## 1. Análise

Os gestores do Detran/MT no período de vigência do contrato de Concessão nº 001/2009 foram:

<b>Presidente Detran/MT</b>	<b>Início do Exercício</b>	<b>Fim do Exercício</b>
Teodoro Moreira Lopes	24/04/2007	26/12/2012
Giancarlo da Silva Lara Castrillon	27/12/2012	08/12/2013
Eugênio Ernesto Destri	09/12/2013	31/12/2014
Roger Elizandro Jarbas	01/01/2015	31/03/2016
Arnon Osny Mendes Lucas	01/04/2016	17/01/2018
Thiago França Cabral	18/01/2018	06/07/2018
José Eudes Santos Malhado	08/07/2018	17/01/2019

Fonte: Controlp – acesso 23/09/2020 – 07:37hrs





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-contratacoes@tce.mt.gov.br](mailto:secex-contratacoes@tce.mt.gov.br)

É necessário destacar que já foram apontadas ao Sr. Teodoro Moreira Lopes as irregularidades referentes à celebração do Contrato de Concessão de forma indevida e lesiva aos cofres públicos, irregularidades na execução do contrato de concessão, sonegação de documentação e já houve a apresentação da sua defesa, porém para os seus sucessores será apontada apenas a irregularidade referente a irregularidades na execução contratual.

Vejamos o disposto na Lei de Concessões (Lei 8.987/1995) quanto às responsabilidades do poder concedente:

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Considerando que o serviço prestado pela empresa não era executado de acordo com o contrato, conforme detalhado abaixo, conclui-se que os gestores foram omissos no exercício da fiscalização, descumprindo os mandamentos da lei e gerando prejuízos ao erário, pois o repasse para a empresa ocorria sem a devida comprovação dos custos da empresa:





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: secex-contratacoes@tce.mt.gov.br

- não há comprovação do encaminhamento dos documentos de alienação dos veículos recebidos no Detran/MT para o registro notarial;
- não houve a comprovação da instalação da Central de Registro, local onde atuariam os bacharéis em Direito responsáveis pela qualificação dos documentos protocolados (doc. nº 340792/2017, pg. 91);
- a ausência da demonstração do quantitativo de bacharéis em Direito e responsáveis técnicos que atuam nos processos de Mato Grosso ou se todos atuam em todos os processos gerenciados pela empresa, como era o rateio dos custos de forma a identificar o valor real da despesa apenas para o Detran/MT;
- ausência de rateio das despesas do escritório-sede de Brasília com TI, internet, Datacenter e infraestrutura de TI proporcionalmente ao quantitativo de registros do Estado de Mato Grosso;

### **Irregularidade**

**HB 06. Contrato.** Ocorrência de irregularidades na execução dos contratos (Lei nº 8.666/1993; legislação específica do ente)

### **Responsáveis:**

<b>Presidente Detran/MT</b>	<b>Início do Exercício</b>	<b>Fim do Exercício</b>
Giancarlo da Silva Lara Castrillon	27/12/2012	08/12/2013
Eugênio Ernesto Destri	09/12/2013	31/12/2014
Roger Elizandro Jarbas	01/01/2015	31/03/2016
Arnon Osny Mendes Lucas	01/04/2016	17/01/2018
Thiago França Cabral	18/01/2018	06/07/2018
José Eudes Santos Malhado	08/07/2018	17/01/2019

**Conduta:** Omissão no dever de acompanhar a execução do Contrato de Concessão nº 001/2019.

**Nexo de causalidade:** Ao não acompanhar a execução do contrato de concessão e observar que os serviços prestados não estavam em conformidade com o contrato, descumpriu a legislação e gerou dano ao erário.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-contratacoes@tce.mt.gov.br](mailto:secex-contratacoes@tce.mt.gov.br)

**Culpabilidade:** É razoável afirmar que era exigível do responsável conduta diversa daquela que ele adotou, pois deveria realizar a fiscalização do contrato de concessão e exigir que o serviço fosse prestado conforme previsto no contrato.

É o relatório.

Secretaria de Controle Externo de Contratações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, 28 de setembro de 2020.

*(Assinatura digital disponível no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**IARA BEATRIS VERRUCK**  
Auditora de Controle Externo

